

O QUE ESTÁ ACONTECENDO NO BRASIL?



Nova gestão presidencial: desmonte das políticas sociais e violações de direitos humanos

A nova gestão presidencial, sob comando de Jair Bolsonaro (PSL), acumula em cinco meses um conjunto de medidas de forte impacto negativo para direitos humanos da população brasileira, em especial daquela que mais necessita de políticas sociais.

Por meio da edição de decretos e medidas provisórias, sem o devido debate com a sociedade, a gestão constituída por militares, representantes do agronegócio, da indústria armamentista e fundamentalistas religiosos – em sua maioria homens brancos e envolvidos em denúncias de corrupção – implementa um ataque acelerado aos direitos humanos e um projeto de país de um Estado mínimo, militarizado e criminalizador da ação dos movimentos populares.

Somado ao desmonte das políticas sociais e ambientais e estruturas de governo para atendimento à população, as medidas tem intensificado um cenário de empobrecimento da população e aumento da desigualdade social. As ações tem sido acompanhadas de crescente resistência popular.

Abaixo, uma síntese das ações e características que marcam a nova gestão:

Governo militarizado e conservador

Além do assento da vice-presidência, ocupado pelo General Hamilton Mourão, outros 130 cargos são ocupados por representantes das Forças Armadas. Representam oito de um total de 22 ministros, com participação em diferentes áreas, como segurança institucional, infraestrutura, transparência pública, minas e energia, ciência e tecnologia, etc. O número de militares na cúpula da gestão é maior do que no governo ditatorial do general Castelo Branco (1964-1967), período de início da ditadura militar no Brasil.

O governo também faz forte aceno aos grupos fundamentalistas religiosos. A pastora evangélica Damares Alves atualmente ocupa o cargo principal no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. O comando das pastas responsáveis pela política para povos indígenas, comunidades quilombolas, reforma agrária e meio ambiente também está em mãos de ruralistas e opositores da reforma agrária e direitos dos povos tradicionais.



Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
pastora conservadora
Damares Alves



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ruralista Tereza Cristina



Ministério do Meio Ambiente
Defensor da exploração do meio ambiente,
Ricardo Salles



Secretaria de Assuntos Fundiários
Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), envolvido em conflitos no campo,
Luiz Antônio Nabhan Garcia

Extinção e fragilização de marcos regulatórios de direitos humanos e instâncias de participação

A Medida Provisória 870/2019, editada no primeiro dia de governo, extinguiu importantes ministérios (como os do Trabalho, Cultura e Esportes), secretarias e espaços (Secretaria Especial de Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Agrário, Comissão Nacional de Combate à Desertificação e o Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima), bem como transferiu competências entre os órgãos.

A Medida é objeto atualmente de avaliação pelo Congresso Nacional e pode sofrer modificações, como o retorno da demarcação de terras indígenas para a Fundação Nacional do Índio (Funai). No momento, a atribuição é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, pasta sob comando de ruralistas e opositores à política indigenista.

O Decreto n.º 9.759, editado em abril, resultou na extinção de mais de 700 conselhos, comissões, fóruns, mesas e demais canais de diálogo entre o governo federal e a população. Espaços voltados para políticas e programas destinados a pessoas com deficiência, população LGBT, erradicação do trabalho infantil, pessoa idosa, entre outros, foram diretamente afetados.

Reformas de fortes impactos sociais: O novo governo tem como prioridade a aprovação de uma reforma da previdência. O projeto apresentado afetará, com mais força, as mulheres, a população rural e de baixa renda. A medida tramita na Câmara dos Deputados. Para comprar o voto favorável à medida o Executivo Federal distribuiu R\$ 1 bilhão em emendas parlamentares nos últimos meses.

COM
seguridade social:
8,7% das pessoas
acima de 65 anos
vive com ½ salário
mínimo

SEM
seguridade social:
população idosa
pobre supera **65%**
(Anfip/Dieese 2017)

Como instrumento de barganha para aprovação da reforma da previdência, o Ministério da Educação (MEC) determinou o imediato bloqueio de 23% do orçamento direcionados a todas as etapas da educação.



As universidades sofrem corte total de R\$ 2,1 bilhões. As unidades podem sofrer redução entre 15,82% a 53,96% nos orçamentos

(Dado Andifes)



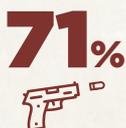
O programa de apoio à infraestrutura de escolas do ensino básico sofreu perda de R\$ 273,3 milhões - cerca de 30% do orçamento anual.



A alfabetização de jovens e adultos sofreu corte de R\$ 14 milhões - 41% do orçamento.

Autorização da violência contra população pobre, negra e feminina: A assinatura de Decreto 9.785/2019, que facilita posse de armas de fogo no Brasil, deve aumentar os já alarmantes índices de violência. O Brasil lidera o ranking mundial de mortes com armas de fogo (Global Mortality from firearms, 1990 - 2016), com 43.200 mortes por ano. O governo ainda anunciou que deve encaminhar ao Congresso um projeto de lei que isenta de punição os proprietários de terras que atirarem em ocupantes de áreas, um explícito aceno para a uso de armas contra movimentos camponeses.

Além disso, o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, apresentou, no início de fevereiro, um “projeto anticrime”, com a proposta de mudanças legislativas no Código Penal que institucionaliza a violência policial. A proposta de Moro desresponsabiliza os policiais pelas eventuais mortes de civis durante o serviço e garante o que foi nomeado de “licença para matar”.



71% das mortes são provocadas por armas de fogo

(Ipea 2018)



50% das mulheres mortas são por armas de fogo

(Datassus 2018)



Em 2018 quase 1 milhão de pessoas foram afetadas por conflitos no campo

(Dados CPT)

Criminalização e perseguição de movimentos populares e organizações sociais: Medidas como a MP 870 (Art. 5º) e Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional intensificam as práticas de perseguição e criminalização de lideranças, movimentos sociais e opositores ao governo e buscam o enquadramento da ação dos movimentos como prática terrorista. Destaques para os Projetos de Lei 9604/18, 955/18 e 272/16.

SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA sob ameaça

O Brasil é o único país da América Latina com quem a Alemanha tem uma parceria estratégica de alto nível governamental, e é seu segundo maior parceiro comercial na região. No discurso, a defesa do meio ambiente, da biodiversidade e do clima aparecem como pautas centrais das relações bilaterais para a Alemanha.

Estas áreas, juntamente com a proteção dos de direitos humanos e de povos e comunidades tradicionais - grandes responsáveis pela manutenção da biodiversidade - tem sofridos graves e acelerados ataques nestes primeiros meses de governo Bolsonaro.

Neste cenário, a pressão internacional pode, aliada à resistência interna, desempenhar um importante papel junto ao governo brasileiro - a exemplo do recuo ocorrido em relação à anunciada saída do Acordo de Paris. Todavia, está em jogo um forte interesse econômico das empresas alemãs na exploração do meio ambiente brasileiro, as quais encontraram boa acolhida no Ministérios da Agricultura e no do Meio Ambiente do Brasil.

Para fortalecer o trabalho de incidência de parceiros da sociedade civil alemã em defesa do meio ambiente brasileiro que trazemos algumas reflexões neste material.



BASF e Bayer(-Monsanto) são 2 dos 4 grandes players do mercado internacional de sementes e agrotóxicos e lucram com a venda desses produtos no Brasil, maior consumidor mundial de agrotóxicos. O cancerígeno glifosato - herbicida mais usado no país - é vendido pela Bayer(-Monsanto). Além disso, ela vende outros 110 agrotóxicos, vários dos quais contêm ingredientes já proibidos na União Europeia.



Das exportações brasileiras para a Alemanha, os produtos de soja destinados à ração animal estão em 3º lugar. A produção de soja está relacionada à crescente expulsão de populações indígenas, comunidades tradicionais e camponeses dos seus territórios.

86 variedades transgênicas:

39 são da
Bayer/Monsanto



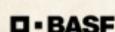
27 são da
Dow/DuPont



15 são da
Syngenta



2 da
BASF



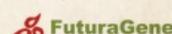
2 da
CTC



1 da
Embrapa



1 da
FuturaGene



Agrotóxicos

O governo federal, ao acolher as demandas de ruralistas, tem acentuado a livre circulação de produtos altamente tóxicos.



2232 produtos agrotóxicos liberados para comércio no Brasil.



Desde janeiro de 2019, o governo liberou mais **197** novos agrotóxicos.

Com isto, o Brasil deve seguir como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, marca que possui desde 2008. O insumo é especialmente aplicado em culturas como a soja, milho, algodão e a cana-de-açúcar, que são justamente as culturas agrícolas com mais variedades transgênicas liberadas para suportar a aplicação de pesticidas. Só de plantas geneticamente modificadas, são autorizadas comercialmente 86 variedades pela Comissão Nacional Técnica de Biossegurança (CTNBio), sendo que destas 66 são modificadas para tolerar herbicidas.

O cenário de retrocessos à agrobiodiversidade brasileira pode se agravar caso o chamado “pacote do veneno” seja aprovado no Congresso Nacional. Inscrito no Projeto de Lei 6299/2002, a proposta consiste na alteração da atual legislação de agrotóxicos, flexibilizando e acelerando os pedidos de liberação comercial e minimizando os impactos à saúde e biodiversidade brasileiras.

Em resistência ao “Pacote do Veneno” tramita, também no Congresso Nacional, a proposta que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), que visa criar medidas de restrição da aplicação de agrotóxicos e incentivos à transição para modelos sustentáveis de produção agrícola, como a agroecologia.

Povos e comunidades tradicionais e seus territórios

A crescente expansão de fronteiras agrícolas no Brasil tem levado à reconfiguração da estrutura fundiária no país, com alterações graves na legislação. A Lei 13.465/2017, conhecida como “Lei da Grilagem”, alterou as bases da reforma agrária no país, com possibilidade de privatização de terras públicas, florestas, águas e ilhas federais, especialmente na Amazônia e na costa brasileira. Além de facilitar a “grilagem” de terras, a lei também individualiza as terras destinadas à reforma agrária e permite a sua venda ou circulação no mercado, o que pode acelerar o processo de reconcentração fundiária.

Além disso, outra frente de ataque do legislativo brasileiro é a apropriação de conhecimentos tradicionais e patrimônio genético de povos e comunidades tradicionais sem o devido consentimento e sem acesso e repartição de benefício, ampliando a biopirataria no país.

Com extinção ou fragilização de espaços institucionais de participação e controle social, como os conselhos, tais povos e comunidades se vêem com menos possibilidades de denúncia, monitoramento e incidência nas políticas públicas.

• CAR, UCs e papel do governo alemão

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Brasil com a competência para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e a gestão de Unidades de Conservação (UCs) recebe historicamente, e principalmente a partir de 1992, apoio para a política ambiental do país. Em 2017 foram 23 milhões de euros de contribuição pela Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, com aportes da **GIZ** e **KFW** para localidades na Amazônia. No entanto, desde 2014 o governo federal é denunciado por organizações e movimentos sociais por invisibilizar povos tradicionais no SICAR, priorizando a regularização ambiental de latifúndios associados à produção de *commodities*.

O Estado do Mato Grosso, por exemplo, com a propaganda de estado recebeu mais de 15 milhões de euros, mas não informou nenhum território quilombola em seu levantamento, apesar de existirem várias comunidades tradicionais no estado.

Além disso, a redução de áreas protegidas, por atos do ex-presidente Michel Temer e na promessa do atual presidente, vem na contramão da cooperação Brasil-Alemanha para o fortalecimento do Fundo Amazônia, proteção de Terras Indígenas e consolidação do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) como apostado pelo **BMZ**, **BMU** e **GIZ**.

